

serem vitimadas aí por catástrofes climáticas, evidentemente, fenômenos da natureza.

As pessoas, muitas vezes, moram de forma irregular, por falta de alternativas. Moram na beira do córrego, moram nas encostas, moram em áreas que, evidentemente, não são locais adequados e apropriados para se estar, conviver com a sua família, mas a falta de políticas públicas, a falta de investimento na Habitação, a falta de condições para que as pessoas...

E eu não acredito que as pessoas que moram nessas condições tenham a casa em uma área regularizada e morem ali por opção. Não acredito nisso, porque nós temos um déficit habitacional muito grande no estado de São Paulo - no Brasil, como um todo, mas em especial no estado de São Paulo.

Foi aprovado nesta Casa, neste plenário, um projeto de minha autoria que tem esse espírito de autorizar o estado de São Paulo a criar um programa de remoção segura, protetiva e humanizada para evitar que cenas como as que a gente tem visto todo ano se repitam.

De ontem para hoje, choveu bastante. Hoje, amanheceu, em algumas cidades, em especial o município de Franco da Rocha, novamente... No ano passado, aconteceu uma catástrofe lá, pessoas morreram; acho que, salvo melhor juízo, 18 pessoas vieram a óbito. De ontem para hoje, a cidade estava totalmente inundada, totalmente cheia de lama. Graças a Deus, não aconteceu, desta vez, nenhuma fatalidade, mas é fruto novamente dos problemas que o nosso Estado tem de falta de um programa que possa garantir que a gente evite cenas como essas todo ano, todo período de chuvas.

Por isso, eu vim nesta tribuna para fazer um apelo ao governador, que ainda não se manifestou sobre esse projeto, evidentemente, porque tem uma lista que ele está seguindo a seqüência, que foi aprovada aqui. Mas eu quero fazer um apelo para que o governador, a assessoria técnico-jurídica, mas em especial o governador, porque ele é o detentor da possibilidade de sancionar ou de vetar, que pense um pouco no que está acontecendo no nosso Estado e no que acontece todos os anos.

Um estado como São Paulo, com um Orçamento que foi aprovado aqui por nós - votamos contrário, mas foi aprovado pelos parlamentares aqui -, um Orçamento de 317 bilhões. Portanto, o segundo maior orçamento do nosso País, depois da União, é do estado de São Paulo. Não é possível que a gente veja cenas como essa se repetirem.

Por isso, faço um apelo aqui ao governador: que sancione esse projeto para que ele se torne lei, para que se crie esse programa, para que, no próximo ano, no final deste ano, no começo do próximo ano, a gente mitigue essas situações. O estado de São Paulo tem as condições de mitigar cenas como essa, para que a gente evite que muitas pessoas também percam suas vidas.

Esse é o espírito do projeto. Esse é o espírito, a intenção, o que o legislador estava pensando quando apresentou esse projeto de lei. Graças a Deus, eu tive aqui a aprovação dos pares, por isso, eu quero, mais uma vez, pedir ao governador que olhe com carinho e que olhe para essas cenas que se repetem todos os anos no nosso Estado.

Não permitamos, em um estado tão rico como o nosso Estado, com a grandeza que ele tem, com as riquezas que nós temos, que as pessoas percam suas vidas, seus pertences. E que possamos evitar que essas cenas se repitam nos próximos anos.

Por isso, quero concluir dizendo da minha alegria de poder ter apresentado um projeto dessa natureza, com esse espírito, com esse propósito. Eu tinha outros projetos para colocar em votação mas escolhi este com esse propósito mesmo, exatamente por conta do período, para que a gente tivesse uma política definida com esse propósito, evitando cenas lastimáveis que ainda poderão acontecer, infelizmente. O período de chuvas vai continuar até março. A gente sabe que tem chuvas de verão ainda, mas que a gente possa, nos próximos anos, não ter mais situações como essas que a gente já viu aqui no estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Cumprimentamos V. Exa. pela importante pauta levantada.

O SR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Presidenta, se não houver oradores inscritos – não sei se ainda há oradores inscritos – e havendo acordo de lideranças, eu pediria o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Um excelente fim de dia a todos, uma boa noite e até amanhã.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 36 minutos.

* * *

9 DE FEVEREIRO DE 2023

7ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

<p>Presidência: JANAINA PASCHOAL</p>
RESUMO
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - JANAINA PASCHOAL</p> <p>Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - MAJOR MECCA</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>3 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>4 - DR. RAUL</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>5 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>6 - DR. RAUL</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>7 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL</p> <p>Endossa o pronunciamento do deputado Dr. Raul. Cumprimenta Lucas Bove, eleito deputado estadual no último pleito eleitoral, presente no plenário.</p> <p>8 - CONTE LOPES</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>9 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL</p> <p>Corrobor a pronunciamento do deputado Conte Lopes. Manifesta-se contra a doação de recursos financeiros para usuários de entropcentes. Alega que a prática favorece o tráfico de drogas.</p> <p>10 - CONTE LOPES</p> <p>Para comunicação, faz pronunciamento.</p> <p>11 - CONTE LOPES</p> <p>Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>12 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL</p> <p>Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do período adicional do dia 10/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.</p> <p>* * *</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.</p> <p>* * *</p> <p>- Passa-se ao</p>

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente. Imediatamente, dou por aberto o Pequeno Expediente, iniciando a leitura dos oradores inscritos neste dia 9 de fevereiro, chamando à tribuna o nobre deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Dr. Raul. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Edson Giriboni. (Pausa.)

Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Rafael Silva. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Major Mecca. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente, a todos os nossos irmãos funcionários da Assembleia Legislativa, que nos dão suporte ao trabalho parlamentar, os meus irmãos policiais militares aqui, os policiais civis, a todos os que nos acompanham pela TV Alesp. Essa semana nós falávamos aqui, acompanhando até uma fala do Dr. Raul, a respeito da situação dos funcionários públicos, questão de saúde, citei aqui uma reunião que tive com o Comando da Polícia Militar a respeito do Hospital da Polícia Militar.

Como é comum no estado de São Paulo, os problemas, parece, que só tomam proporção e a conta fica para os usuários, fica para o povo do estado de São Paulo, fica para o cidadão de bem trabalhador. Neste momento, novamente os nossos policiais militares e os seus familiares estão extremamente apreensivos. Venho recebendo inúmeras mensagens e telefonemas no meu gabinete, no meu telefone particular, a respeito de uma nota que foi lançada pelo Hospital Cruz Azul desde ontem à noite, falando que o Hospital deixaria de receber usuários vindos do Cruz Azul Saúde. Isso gerou um desconforto e um temor para todos os familiares de policiais militares que pagam esse convênio.

Eu quero esclarecer a todos que, por meio do meu gabinete, hoje pela manhã, nós oficiamos a diretoria do Hospital Cruz Azul do convênio Cruz Azul Saúde para que eles deem explicações a todos vocês do que está acontecendo dentro do Hospital Cruz Azul e dentro desse referido convênio. Para quem não conhece o Hospital Cruz Azul: ele se sustenta com um recurso que é descontado do salário de cada policial militar todo mês. Qual é o valor desse desconto? Dois por cento do padrão que recebe o policial.

As dificuldades são enormes, por quê? Há 28 anos o policial militar não tem reajuste salarial. Então as perdas inflacionárias do operador de Segurança Pública, dos policiais, em São Paulo, são enormes, ultrapassam 80% quando essa conta é realizada. Então esse desconto também, esse recurso que é destinado ao Hospital Cruz Azul para atender os familiares dos policiais militares acaba sendo pequeno, porque utensílios e insumos hospitalares para pagar médico, enfermeiro e toda a equipe para trabalhar no hospital, tudo subiu, o preço está lá em cima. O senhor pode dizer melhor a respeito disso, né?

Então, o atendimento dos nossos familiares está bastante precário e o hospital passa por uma dificuldade grande. Ontem à noite eu liquei, conversei com o comandante geral da Polícia Militar, o coronel Cássio, que junto com o coronel Freixo, o sub-comandante, já está adotando medidas para que esse problema seja solucionado até o final do mês de fevereiro, e o Hospital Cruz Azul não deixe de atender os familiares e policiais militares e até mesmo policiais militares que pagam esse convênio Cruz Azul Saúde.

Nós estamos aqui no gabinete, toda a equipe empenhada e acompanhando esse problema pari passu para que as consequências não recaiam sobre os policiais militares e seus familiares, porque já não basta o flagelo que nós vivemos no estado de São Paulo junto aos nossos policiais por questões financeiras, de assistência médica, questão de Saúde, o nosso pessoal tem ainda mais esse problema a ser resolvido, tem mais essa dificuldade.

Então quero deixar um recado a todos: que nós estamos acompanhando, o comando da Polícia Militar já interveio na questão e isso será resolvido, estamos acompanhando. Um grande abraço a todos e contem com o nosso trabalho parlamentar, aqui, para cobrar o governo, cobrar todos os órgãos que devem prestar serviço ao povo do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sra. Presidente, muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Seguindo com a lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamo à tribuna o nobre deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GINANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, ontem foi publicada uma portaria da CGRH, da Secretaria da Educação, Portaria nº 4, que trata de procedimentos referentes ao processo seletivo simplificado para a contratação de agentes de organização escolar.

É um absurdo isso, Srs. Deputados e Deputadas, porque os agentes de organização escolar, os servidores do quadro de apoio escolar, que a gente classifica em QAE e QSE, são os mais afetados pela política de ódio do governo estadual. São aqueles que estão recebendo há muitos anos os piores salários, que têm os salários mais arrochados e defasados, talvez de todo o funcionalismo público estadual. Eles não conseguem ganhar nem o salário mínimo de tão grave que é a situação.

Sem contar os golpes que receberam dos últimos governos, foram vítimas de vários golpes: do golpe do abono Fundeb, que não chegou até hoje para esses servidores, da dificuldade da evolução na carreira, da progressão, do reenquadramento, e isso nós já denunciamos exaustivamente aqui na Assembleia Legislativa. Já realizamos audiências públicas e nada foi feito até agora, mas essa portaria representa também esse descaso porque nós temos servidores que estão trabalhando hoje porque foram contratados pela Lei nº 1.093.

Esses contratos estão vencendo, e a nossa luta é para que haja, pelo menos até a chamada do concurso, que é o ideal... Nós defendemos o ingresso na carreira do magistério e no funcionalismo público como um todo através do concurso público, de provas e títulos como determina a Constituição Federal, a nossa Constituição Estadual também. A contratação feita por uma lei como essa, nº 1.093, deveria ser uma exceção, deveria ser usada só em caso de extrema urgência. O correto é o governo realizar periódicos concursos públicos para todas as áreas para que os servidores não fiquem reféns dessa situação de quarentena, duzentena, de interrupção dos contratos. Isso prejudica não só o servidor, mas a prestação de serviço público de qualidade para toda a nossa população.

E nesse caso quem paga a conta, além do servidor, é a educação, são os nossos alunos, as nossas crianças, os nossos jovens, os nossos adolescentes que estudam na rede pública de ensino porque esses profissionais que eu citei, os agentes de organização escolar têm uma função muito importante dentro das nossas escolas. São educadores também, são educadores, e é muito importante que eles tenham estabilidade, que eles sejam concursados.

No entanto, o governo, ao invés de realizar concursos, de chamar os aprovados, nós temos aproximadamente 16 mil vagas, cargos vagos nessa área do QAE. E o governo... nós tínhamos um concurso até agora vigente, e o governo não fez as chamadas adequadas, não chamou em número suficiente para preencher.

Nós pedimos a prorrogação, inclusive, desse concurso. Ingressamos com uma representação no Ministério Público Estadual, acionamos o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para que o governo fizesse a chamada dos aprovados para que nós pudéssemos colocar fim a esse processo de precarização dessas contratações.

No entanto, nada foi feito, o governo se omitiu, o governo atual também. Ao invés de pelo menos buscar uma saída digna para esses servidores, está realizando agora um outro... um processo seletivo simplificado por diretoria de ensino, ao invés de tentar renovar os contratos desses servidores que estão hoje na ativa, que terão seus contratos vencidos nos próximos dias, alguns já venceram, cancelados por conta da própria Lei 1.093.

No entanto, a Assembleia Legislativa já voltou a funcionar e é muito simples de se resolver isso: o governo pode enviar um projeto de lei, prorrogamos a contratação desses servidores e o governo pode também prorrogar o concurso por conta da... Nós tivemos uma pandemia no Brasil, a Prefeitura prorrogou, está chamando pessoas ainda do concurso de 2.015 por conta da pandemia. O Estado pode também buscar essa alternativa; há espaço para que isso ocorra, mas o governo vai fazer um outro processo seletivo, e o mais curioso dessa – para concluir – dessa portaria que foi publicada agora no dia 8, é que ele ainda insiste no remanejamento, orientando as diretorias de ensino, na prática, a retirar servidores de uma determinada escola para cobrir uma escola que tenha menos servidor.

Primeiro que é importante que a Secretaria da Educação saiba, acho que não está sabendo, que nós não temos nenhuma escola talvez na rede estadual, ou quase nenhuma, na verdade, com o módulo completo. Esses servidores não existem nessa quantidade nas escolas. É muito difícil achar uma escola com módulo completo, porque os salários são extremamente baixos e os servidores não ficam, são poucos que ficam, principalmente os contratados.

Então nós queremos exigir aqui da tribuna da Assembleia Legislativa a realização de concurso público para os agentes de organização escolar, a continuação da chamada do concurso de 2.018. Existe um debate que pode ser realizado e uma alternativa por conta da pandemia e a prorrogação dos contratos já feitos que vencem agora, que já venceram ou estão vencendo. Tudo isso é possível havendo o interesse político.

A Assembleia Legislativa já pode fazer as votações necessárias para resolver essa gravíssima situação que tem prejudicado imensamente a rede estadual de ensino, e sobretudo os nossos colegas servidores, agentes de organização escolar, que têm os salários mais baixos do Estado, que são golpeados constantemente pela própria Seduc, são enganados, passados para trás o tempo todo.

Então é inconcebível. E são servidores importantíssimos no funcionamento das nossas escolas, porque são eles que abrem as escolas, fecham as escolas, eles cuidam dos alunos, dos proutuários dos alunos, dos pagamentos dos professores.

A responsabilidade desses servidores é enorme. Então faço essa exigência ao governo estadual, ao secretário da Educação e ao governador Tarcísio. E gostaria que as cópias do meu pronunciamento fossem enviadas ao governador, Tarcísio de Freitas, e também ao secretário de Educação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Solicito à Assessoria que encaminhe a fala do parlamentar ao Sr. Governador, Tarciso de Freitas, e também ao senhor secretário da Educação.

Seguindo com a lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamo à tribuna o nobre deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal, sigo na Presidência, não farei uso da palavra. Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Daniela Braga. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Deputado Frederico d’Ávila. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.)

Encerrada a lista principal de oradores inscritos, abro a lista suplementar, chamando à tribuna o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Dr. Raul. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. DR. RAUL - PODE - SEM REVISÃO DO ORADOR - Nobre presidenta deputada Janaina, nobres colegas deputados e deputadas. Eu gostaria de fazer uso... Uma boa tarde a todos, primeiramente.

Gostaria de fazer uso – começando a minha fala – eu gostaria de ler um texto. Semana passada, eu fiz uma homenagem ao ex-deputado Roberto Purini. Ele tem... a família acabou enviando um texto para mim, que foi a última coisa que ele escreveu. Achei uma coisa bastante interessante.

Porque eu acho muito legal... duas coisas que me chamam bastante a atenção quando se tem algum com mais idade, você senta e começa a ouvir. É uma coisa bonita de ver. Quando eu era vereador, eu criei, em Bauru, a Medalha Sebastião Paiva, exatamente para isso, para você homenagear aquelas pessoas que Deus conseguiu fazer com que eles chegassem aos 100 anos de idade.

A exemplo do que a rainha da Inglaterra fazia, quando os seus súditos conseguem chegar aos 100 anos de idade, recebiam da rainha da Inglaterra, agora provavelmente do rei, um telegrama parabenizando a pessoa de ter conseguido chegar aos 100 anos de idade. E a Medalha Sebastião Paiva foi uma honraria criada exatamente para isso.

Na época, existiam 34 pessoas, na cidade de Bauru, com 100 anos de idade. E a coisa mais bonita que tem é você ver a família toda reunida, os netos, os bisnetos, e dar a palavra para uma pessoa dessa. Vocês não têm ideia de quanta coisa bonita sai. Eu gostaria de ler então o que ele disse assim:

“Se eu morresse amanhã, o que diriam os que, no convívio, me acompanharam? ‘Homem de fé, correto, cumpridor dos seus deveres’. E outros tantos, que comigo não viveram, talvez acessem: professor, advogado, jornalista, e outros afazeres. E eu me pergunto: deixaria algum legado?

Casei-me há 57 anos, constituí família, aprendi, legislei, ensinei, vida pública, sonhei, plantei árvores, cospinhei, fiz poesias. Dezenas de vezes, laureado por serviços prestados. E ao próximo sempre amei, respeitei e não julguei. Quatro filhos: Roberta, Renata, Roberto e Renato. Todos criados com muito amor. São os meus sucessores. Também dois netos, o Filipe e a Isadora, muito queridos. É um fato.

A palavra do Mestre, sempre proclamei e as vivenciei. Enfim, o que será que diria o meu Criador? Provavelmente, iria dizer: ‘Sei quem foi, conheci-o muito bem. E sempre o abençoei!’.”

Eu volto agora novamente ao início: “o que diriam os que, no convívio, me acompanharam?”. Deputado Roberto Purini, eu diria, e agora eu digo, em nome de Bauru e da minha família: muito obrigado. Então, fica aqui minha última homenagem ao deputado Roberto Purini.

Eu gostaria de puxar um tema aqui: agora cedo, eu fiz uma reunião com diversos vereadores, que vieram das mais diversas cidades. Vieram o vereador Osni, que é o presidente da Câmara de Piratininga, o vereador Paulo Edvan, de Agudos, e os vereadores Tiago e Luiz, de Cafelândia, que pertencem também ao Podemos. E começamos a fazer algumas discussões.

O Osni é motociclista. E me trouxe um problema sério, que são as defensas metálicas que estão nas nossas rodovias. Não sei se a TV Alesp tem condição de projetar. Aqui: isto é uma defesa metálica, que se apresenta na maior parte das nossas pistas. O motoqueiro, quando cai da moto, vai com o corpo

nesta coluna que está aí. Eu não sei se colocaram alguma foto de acidente.

O correto seria você ter uma defesa metálica desta forma. Pelo menos você iria ter menos impacto. E aqui seria uma defesa metálica de uma estrutura já bem mais evoluída, em que você tem uma amortização do choque. Então, fica aqui o meu apelo, em nome dos motociclistas, que estão chamando a atenção para um fato que vem ocorrendo por todas as nossas rodovias.

Essas defensas metálicas: para vocês terem uma ideia, um corpo que cai e bate nela acaba se partindo ao meio. Então, acaba sendo um anteparo que para um carro resolve bem, mas que para um motoqueiro complica muito. Então, se o Estado for insistir nas defensas metálicas, que faça um segundo piso, para que o motoqueiro não bata nessas colunas. E se possível utilizar as tecnologias mais modernas, que estão aí.

E por último, só para terminar, deputada Janaina, me chamou a atenção também que o motociclista e vereador Osni chamou a atenção para a cobrança de pedágio dos motoqueiros. Porque, quando eles param ali nas guaritas, eles são obrigados a tirar o capacete – muitas vezes, têm que tirar a luva – para poder fazer o pagamento. Às vezes tem óleo na pista, pode escorregar. E tem muitos acidentes, já relatados, em que os carros vêm e acabam abalroando a moto, causando acidente.

Já tem rodovias, como a Castello Branco, a Imigrantes, que não cobram o pedágio dos motoqueiros. Acho que isso teria que passar por um crivo maior. E, já que tem rodovias que não estão fazendo essa cobrança – o motoqueiro passa ao lado –, que possa ser instituído isso em todas as rodovias. Nós estaríamos evitando muitos acidentes e ainda deixando de conturbar a já famigerada espera para fazer o pagamento do pedágio. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Seguindo aqui com a Lista Suplementar de oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamo à tribuna o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) O deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) E novamente o deputado Carlos Giannazi, pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu apresentei, em 2011, uma proposta de emenda constitucional, a PEC no 15, de 2011. E ela já foi aprovada em todas as comissões, já está pronta para ser votada aqui no plenário.

Ela garante a redução da jornada de trabalho - sem redução de salário, logicamente, e de nenhuma vantagem do cargo - para servidores públicos estaduais que tenham filhos com algum tipo de deficiência. Hoje nós já temos, inclusive, uma lei federal que garante esse direito para os servidores federais.

O projeto que eu apresentei é de 2011 e está pronto para ser votado. Nós tivemos agora uma decisão importante que reforça o meu projeto, uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Saiu a publicação agora de um entendimento e eu, inclusive, quero aqui repercutir uma matéria da Afpesp, que é a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, que também sempre defendeu essa proposta.

A matéria diz o seguinte: “STF é favorável à redução da jornada para servidor que tenha filho com deficiência. A decisão da Corte ainda não é definitiva”. Por que não é definitiva? Porque a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo recorreu por meio de embargos de declaração.

O fato é que isso foi aprovado pelo Supremo Tribunal Federal agora, recentemente. “A pautta foi avaliada em sessão plúria, entre 9 e 16 de dezembro do ano passado, com decisão vinculária por unanimidade. Na ação, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal estende aos servidores municipais e estaduais a regra prevista na lei voltada ao serviço público federal, de modo a garantir o direito das pessoas com deficiência”.

Continuando: “A sentença, contudo, não é definitiva. Isso porque a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, a PGE, recorreu da decisão em 24 de janeiro”. Gente, isso é um absurdo. Eu tenho dito já há muitos anos que essa PGE, essa Procuradoria Geral do Estado sempre se manifesta contra o servidor do estado de São Paulo. Ela incorpora a política de ódio contra os nossos servidores, que é a política de ódio sobretudo do PSDB.

E agora também é do Tarcísio de Freitas, que vetou o nosso projeto da aposentadoria especial para os diretores e supervisores de ensino da rede estadual. O projeto foi aprovado aqui na Assembleia Legislativa recentemente por todos os deputados e deputadas. Ele vetou com a mesma argumentação: a PGE.

A PGE incorporou, ela está viscema em prejudicar, em atacar os direitos e a dignidade dos servidores públicos do estado de São Paulo. Em todas as ações, ela se coloca contra. Eu não vejo uma manifestação positiva da PGE em defesa dos nossos servidores, é o tempo todo, até mesmo nesse caso.

Olha só: o Supremo decidiu, o Supremo julgou, estendeu o benefício de uma lei federal para todos os servidores estaduais e municipais, reforçou a nossa luta aqui na Assembleia Legislativa para que a minha PEC nº 15, de 2011, fosse aprovada, tivesse esse respaldo do Supremo Tribunal Federal. No entanto, quem foi atrapalhar? A PGE, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, que, repito, apenas reproduz as orientações de ódio contra os nossos servidores e as nossas servidoras.

Então isso é um absurdo. Inclusive eu já estou protocolando um pedido em uma das comissões permanentes da Assembleia Legislativa pedindo a convocação da procuradora geral do estado de São Paulo, para que ela venha explicar essa política de ódio, essa atitude nefasta, sádica e covarde que atenta contra a dignidade de servidores que têm filhos com deficiência e precisam cuidar dos seus filhos.

O nosso projeto garante que esse servidor possa ter uma redução da sua jornada de trabalho sem prejuízo salarial para cuidar do seu filho. É isso, é uma questão humanitária. O Supremo já decidiu, mas não, a PGE, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, foi lá atrapalhar, fazer militância trevoisa, nefasta, perversa e sádica contra os nossos servidores, contra pais de crianças com algum tipo de deficiência. Essa é a nossa PGE.

Essa orientação vem do governo, a gente sabe disso. É o governo que orienta a PGE, mas a PGE não pode se curvar, não pode ter esse tipo de comportamento. Nós vamos fazer uma investigação, nós vamos tomar providências contra esse tipo de decisão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Seguindo aqui com a lista de oradores inscritos de forma suplementar, chamo novamente o deputado Dr. Raul, a princípio pelo prazo regimental de cinco minutos, mas se V. Exa. precisar de um pouquinho mais, não tem problema. Fique à vontade.

O SR. DR. RAUL - PODE - SEM REVISÃO DO ORADOR - Nobre Presidente, colegas deputados e deputadas, novamente eu queria agora chamar a atenção dos nossos entes detentores das medidas do governo, e que vão liberar os recursos financeiros, essa que é a verdade. Porque na ponta tem que ter dinheiro, porque sem dinheiro você não faz nada, essa que é a verdade.

Eu queria chamar atenção aqui para uma categoria que todo mundo aplaúdiu, todo mundo sentiu a grande necessidade dessa categoria, que foram as enfermeiras, as auxiliares, os técnicos de enfermagem, principalmente durante a pandemia.

Eu me lembro que um colega vereador pegou Covid, logo no começo, e ele foi internado. A esposa me ligou e pediu para que eu pudesse ir até lá para ver. E aquela coisa, estava todo mundo com medo. Eu lembro que a minha esposa estava do lado e falou assim: “mas você vai?”. Eu me senti como se eu estivesse em um campo de batalha, como os nobres policiais, porque têm momentos que você não tem escolha, você vai. Você escolheu a sua profissão, e a sua profissão é exatamente encarar esses desafios.